

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2025)

AS ENGRENAGENS DO PODER EM *S. BERNARDO*: DA DOMINAÇÃO
ECONÔMICA À AFETIVA

Myrilles Ramonyelly Rodrigues Soares¹
Larissa Costa da Mata²

RESUMO

Este trabalho investiga as engrenagens do poder no romance *S. Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos, analisando como a lógica de dominação do protagonista, Paulo Honório, se estende da esfera econômica à afetiva, culminando no colapso existencial do personagem. A pesquisa busca compreender de que forma o exercício contínuo de controle e vigilância sobre os trabalhadores, em especial sobre Padilha, e sobre a esposa, Madalena, revela as contradições e os limites do modelo de masculinidade autoritária encarnado por Paulo Honório. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, a partir da análise literária da obra, em diálogo com os conceitos de poder e microfísica de Michel Foucault (1979), as reflexões sobre violência de gênero de Rita Laura Segato (2025) e as contribuições da crítica literária, como as de Antonio Candido (1992). Argumenta-se que a reificação imposta aos empregados na fazenda é a mesma lógica que Paulo Honório tenta aplicar em seu casamento, tratando a esposa como uma posse. Conclui-se que o fracasso do narrador em dominar a linguagem para se justificar espelha sua própria ruína humana, transformando o romance em uma crítica contundente à lógica da posse que, ao visar o controle absoluto, destrói todas as relações e esvazia a vida de sentido.

Palavras-chave: Dominação; poder; violência, *S. Bernardo*.

ABSTRACT:

This study investigates the mechanisms of power on the novel *S. Bernardo* (1934), by Graciliano Ramos, analyzing how the logic of domination of the protagonist, Paulo Honório, extends from the economic to the affective sphere, culminating in the character's existential collapse. The research seeks to understand how the continuous exercise of control and surveillance over the workers, especially over Padilha, and over his wife, Madalena, revealing the contradictions and limits of the model of authoritarian masculinity embodied by Paulo Honório. To this end, a qualitative approach is adopted, based on the literary analysis of the

¹ Graduanda em Letras Português pela Universidade Federal Rural do Semi-árido no Departamento de Linguagens e Ciências Humanas do Centro Multidisciplinar de Caraúbas.

² Doutora em Programa de Pós Graduação em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (2013). Coordenadora do Curso de Letras Português da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil (2025).

work, in dialogue with Michel Foucault's concepts of power and microphysics (1979), Rita Laura Segato's reflections on gender violence (2025), and contributions from literary criticism, such as those of Antonio Candido (1992). It is argued that the reification imposed on the farm employees is the same logic that Paulo Honório tries to apply in his marriage, treating his wife as a possession. It is concluded that the narrator's failure to master language to justify himself mirrors his own human ruin, turning the novel into a scathing critique of the logic of possession which, by aiming for absolute control, destroys all relationships and empties life of meaning.

Keywords: Domination; power; violence, *S. Bernardo*.

1. Introdução

Nas últimas décadas, os estudos literários têm aprofundado o diálogo entre o romance brasileiro da década de 1930 e as ciências sociais, sobretudo a sociologia, na tentativa de compreender como a ficção daquele período revela e tensiona estruturas profundas da vida nacional. Obras como *Formação da Literatura Brasileira* (2023), de Antonio Candido, e *Ao vencedor as batatas* (2000), de Roberto Schwarz, são fundamentais nesse debate ao reconhecerem, respectivamente, a literatura como forma de consciência crítica da realidade social e como encenação das contradições entre formas modernas e relações arcaicas. O romance do período, ao representar os conflitos econômicos, culturais e políticos do Brasil rural, torna-se campo fértil para a análise das ambiguidades da modernização, especialmente de um processo que avança sem romper com os fundamentos patriarcais. Nesse contexto, a figura do patriarca em crise emerge como tema recorrente: um sujeito obcecado pela manutenção do controle sobre o espaço e as pessoas que o cercam, mesmo diante de uma ordem social em transformação. A ficção, assim, transforma-se em espelho deformado, mas revelador, das tensões históricas que também interessam à sociologia.

É nesse contexto que se insere *S. Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos (1892–1953), cuja narrativa evidencia como Paulo Honório, sujeito moldado por uma cultura patriarcal rígida, estrutura todas as suas relações a partir de uma posição de mando e vigilância. As marcas desse poder se projetam sobre seus empregados, tratados como peças de uma engrenagem produtiva, e se tornam ainda mais intensas na relação com Madalena, sua esposa, cuja subjetividade, benevolência e autonomia não se encaixam no modelo que ele tenta impor. Assim, o problema que este trabalho se propõe a discutir gira justamente em torno dessas relações de poder: como o narrador-personagem exerce múltiplas formas de dominação (econômica, simbólica e afetiva), e de que forma esse exercício constante de poder, atravessado por mecanismos de vigilância, controle e silenciamento, culmina no fracasso de

suas relações interpessoais, revelando as contradições e os limites do modelo de masculinidade autoritária que o protagonista encarna.

Para investigar essas questões, este trabalho se vale de uma abordagem qualitativa, com base na análise literária interpretativa do romance *S. Bernardo*. A leitura será orientada pelo cruzamento entre a fortuna crítica e os estudos sobre poder e gênero, procurando articular o conteúdo temático da obra à sua estrutura narrativa e às estratégias discursivas empregadas pelo narrador. Como aporte teórico, serão mobilizados conceitos de Michel Foucault, especialmente aqueles desenvolvidos em *Microfísica do poder* (1989), no que se refere às dinâmicas de dominação e aos mecanismos sutis de controle e vigilância. Além disso, os estudos de Rita Laura Segato sobre patriarcado e violência simbólica em *As estruturas elementares da violência* (2025), fornecerão suporte para a análise das relações de gênero, em especial no casamento entre Paulo Honório e Madalena. No campo da crítica literária, contribuições de Antonio Candido (1956), Luiz Bueno (2008), Florencia Garramuño (2010), Jorge Wolff (2010) e Flora Süssekind (1984) serão fundamentais para contextualizar a obra no panorama da literatura brasileira dos anos 1930 e compreender suas singularidades estilísticas, narrativas e temáticas.

O objetivo central da pesquisa é compreender de que modo Graciliano Ramos constrói, em *S. Bernardo*, um retrato das engrenagens do poder em uma sociedade patriarcal em crise. Entre os objetivos específicos, destacam-se: identificar os mecanismos de dominação exercidos por Paulo Honório sobre seus subordinados; analisar a relação conflituosa e desigual que ele estabelece com Madalena, evidenciando a violência simbólica e afetiva existente nessa relação; e, por fim, refletir sobre como a narrativa, ao expor as falhas desse sujeito que tenta controlar tudo ao seu redor, revela também os limites de um modelo de masculinidade autoritária.

Graciliano Ramos é amplamente reconhecido pela crítica como um dos mais importantes autores da literatura brasileira do século XX, especialmente no campo do romance. Sua escrita é marcada por um estilo enxuto, direto e introspectivo, que rompe com o sentimentalismo e a ornamentação excessiva presentes em parte da produção anterior. Estudiosos como Antonio Candido (1992), Luiz Bueno (2008) e Florencia Garramuño (2010) destacam, em diferentes momentos, a maneira como sua obra articula uma observação rigorosa da realidade social com a construção densa de subjetividades em conflito. Em seu livro de ensaios *Ficção e confissão*, publicado originalmente em 1956, Antonio Candido, por exemplo, observa que Graciliano Ramos realizou uma espécie de interiorização do

regionalismo, ao tratar os dramas humanos com profundidade psicológica, mesmo tendo como cenário o sertão nordestino.

O autor estreou na literatura com *Caetés* (1933), romance que já traz elementos importantes de sua obra posterior, como a crítica à hipocrisia das elites provincianas e o uso de narradores em primeira pessoa profundamente contraditórios. Embora seja considerado pela crítica como uma obra ainda imatura, *Caetés* antecipa o estilo contido e o interesse pelas questões de classe que se intensificarão em seus livros seguintes. No ano seguinte, publica *S. Bernardo* (1934), que marca a consolidação de seu estilo literário. A obra é narrada em primeira pessoa por Paulo Honório, personagem cuja trajetória de ascensão econômica está atrelada à violência e a práticas de dominação simbólica e afetiva.

Em *Angústia* (1936), Graciliano leva a introspecção ao extremo, mergulhando na consciência atormentada de Luís da Silva, personagem que narra sua decadência emocional e social num fluxo de consciência fragmentado. O livro é frequentemente considerado seu romance mais denso psicologicamente, aproximando-se das propostas modernistas europeias e do existencialismo, Alfredo Bosi, por exemplo se refere a ele como um “romance existencialista *avant la lettre*” (Bosi, 1994, p. 403). Já *Vidas secas* (1938) é, possivelmente, a obra mais conhecida de Graciliano Ramos. Composta por capítulos curtos e independentes, o romance acompanha a trajetória de uma família de retirantes que luta pela sobrevivência em meio à seca, à pobreza e à violência estrutural. O estilo econômico, o uso de discurso livre e o quase desaparecimento do narrador, lançando luz aos personagens alternadamente, inclusive à cadelinha Baleia, conferem ao texto uma originalidade que o consagrou como clássico da literatura brasileira e mundial.

Além dos romances, Graciliano Ramos também produziu obras de outros gêneros que ajudam a compor o retrato de sua visão crítica da sociedade e da linguagem. Em *Infância* (1945), o autor revisita sua formação em um relato autobiográfico que, apesar do tom pessoal, não abandona o rigor estilístico nem a crítica às estruturas familiares e educacionais repressivas. Já *Memórias do Cárcere* (publicado postumamente em 1953) é um testemunho político, no qual o autor relata sua prisão em 1936 durante a repressão do Estado Novo, revelando os abusos do sistema prisional brasileiro e refletindo sobre a liberdade, a dignidade humana e a barbárie institucionalizada. Também escreveu literatura infantojuvenil, como *A terra dos meninos pelados* (1939), no qual experimenta uma linguagem mais simbólica e poética.

O conjunto da obra de Graciliano Ramos evidencia um autor consciente das implicações ideológicas que atravessam suas escolhas formais, refletindo sua posição crítica

diante de uma sociedade em transformação. Sua narrativa se caracteriza por uma estética de contenção que se manifesta em diversos níveis — da linguagem concisa à estrutura narrativa enxuta, passando pela economia nos diálogos e pela recusa ao sentimentalismo ou à idealização de personagens. As figuras que compõem seus romances são, em geral, marcadas por contradições internas, comportamentos ambíguos e formas de subjetividade afetadas por estruturas de dominação social. Em *S. Bernardo* (1934), Paulo Honório é um exemplo disso: um homem que enriquece explorando os outros, mas que, ao buscar a cultura, revela sua dificuldade de lidar com os sentimentos, o que o leva ao isolamento. Essa mesma tensão aparece em Fabiano, de *Vidas secas* (1938), cuja humanidade resiste mesmo diante da miséria e da opressão, e em Luís da Silva, de *Angústia* (1936), um sujeito frustrado e pressionado pela sociedade, que mergulha na paranoia. Essa opção estilística permite que o autor produza um retrato sóbrio das relações humanas em contextos de desigualdade, sem recorrer a recursos melodramáticos.

No âmbito da crítica contemporânea, autores como Antonio Candido, em sua coletânea de ensaios *Ficção e confissão* (1992), e Florencia Garramuño (2010), em seu artigo “O regionalismo equívoco de *Vidas secas*”, discutem como a obra de Graciliano problematiza, de modo sistemático, temas como o autoritarismo, a precariedade das relações sociais, as dinâmicas de poder e os limites da linguagem. Tais questões se fazem particularmente presente em *S. Bernardo*, romance que será objeto de análise desta pesquisa.

Inserido no panorama da literatura brasileira da década de 1930, Graciliano Ramos se destaca tanto por sua adesão quanto por seu distanciamento em relação às características mais marcantes do chamado romance social ou regionalista. Assim como outros autores do período, como Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e Jorge Amado, Graciliano Ramos volta seu olhar para o Nordeste, tratando da seca, do latifúndio, da desigualdade e da opressão como elementos centrais da realidade brasileira. No entanto, ao contrário de parte desses escritores, sua abordagem é mais contida, pois é precisamente essa economia de meios que lhe permite verticalizar a prosa: em vez de se voltar para a narrativa linear e épica, ele foca os conflitos interiores de seus personagens para tocar em questões universais e inerentes ao sujeito.

Conforme explica Flora Süssekind (1984), a obra de Graciliano Ramos funciona como uma “faca amolada” (Süssekind, 1984, p. 92) causando uma ruptura com o modelo literário dominante do romance de 30. Ao invés de construir “ciclos” narrativos contínuos e verbosos como seus contemporâneos, Graciliano Ramos optou por uma “série” de romances descontínuos e distintos entre si, como *S. Bernardo* e *Vidas secas*, refletindo um espírito focado na “fratura” e na indagação do real. Sua principal ferramenta para essa ruptura foi a

linguagem: um estilo seco, tenso e com períodos curtos que se contrapõe diretamente à obsessão “fotográfica” e documental do neonaturalismo de trinta. Dessa forma, ao evidenciar o trabalho com a palavra, Graciliano Ramos não apenas abandonou a estrutura vigente, mas também desmontou a ilusão de que a literatura poderia ser um espelho neutro da realidade, afirmando-a como uma poderosa construção.

Como observa **Florencia Garramuño**, a prosa de Graciliano Ramos rompe com a lógica da representação tradicional e busca formas de expressão que evidenciam a fragmentação do sujeito e a falência da linguagem como instrumento transparente de comunicação. Enquanto Jorge Amado, por exemplo, adota um tom mais caloroso e politicamente engajado, e José Lins do Rego aposta na memória como matéria-prima do enredo, Graciliano Ramos se firma por uma prosa árida, de frases curtas e vocabulário preciso, que exprime não só a aridez do sertão, mas também a secura emocional e a incomunicabilidade entre os sujeitos. Dessa maneira, a sua obra rompe com o didatismo presente em parte do romance de denúncia e se aproxima de uma estética da ambiguidade, na qual os silêncios, as lacunas e as hesitações da linguagem têm papel fundamental. Por isso, muitos críticos apontam que, mesmo inserido no projeto modernista de retratar o Brasil profundo, Graciliano já prenuncia formas mais complexas de representação, próprias da literatura contemporânea.

Como mencionado, o *corpus* deste trabalho é o romance *S. Bernardo*, composto por 38 capítulos narrados em primeira pessoa por seu protagonista, Paulo Honório. A narrativa tem caráter retrospectivo e confessional, iniciando-se após a morte de Madalena, quando o narrador decide relatar a própria trajetória, da infância pobre à consolidação como proprietário da fazenda São Bernardo. Ao longo dos capítulos, observa-se um movimento de construção e desconstrução da figura do narrador, cuja tentativa de dominar a linguagem espelha sua ânsia por controlar tudo ao seu redor, da terra e dos empregados à própria esposa. O enredo, aparentemente simples, é sustentado por uma complexa rede de tensões entre poder e afeto, entre objetividade e ressentimento, entre memória e culpa. Igualmente, nesse romance, o estilo de Graciliano Ramos é notoriamente seco, direto e elíptico, refletindo não apenas a personalidade dura de Paulo Honório, mas também uma desconfiança mais ampla quanto à capacidade da linguagem de apreender o real. O ritmo da narrativa é marcado por cortes abruptos, silêncios e omissões significativas, que exigem do leitor um trabalho interpretativo constante. É nesse jogo entre o que se diz e o que se omite que *S. Bernardo* se constrói como uma crítica à lógica patriarcal, não apenas por meio do conteúdo temático, mas pela forma com que a história é contada.

A leitura crítica de *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos, proposta neste trabalho, parte da concepção de que a obra expõe, com rigor e densidade, as engrenagens do poder que atravessam as esferas econômica, simbólica e afetiva. Para compreender a complexidade dessas relações, este trabalho articula diferentes perspectivas críticas e filosóficas sobre a dominação, a subjetividade e a violência. Em primeiro lugar, a leitura se ancora na concepção de poder formulada por Michel Foucault, especialmente na obra *Microfísica do poder* (1979). Para Foucault, o poder não funciona só como uma força que manda de cima para baixo, mas como uma rede de relações que influencia nossos corpos, falas e sentimentos. O poder, para o autor, “nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede” (Foucault, 1989, p. 193). É justamente essa característica que o torna tão eficaz, pois, como afirma o filósofo, “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, 1989, p.7)

Em vez de dominar diretamente, o poder atua por meio de regras e normas, moldando comportamentos e formas de pensar. Essa perspectiva permite compreender como o protagonista Paulo Honório constrói e exerce seu poder não apenas por meio da força econômica e do controle material da fazenda, mas também pela vigilância, pela normatização de comportamentos e pelo controle das subjetividades ao seu redor, em especial da esposa Madalena. Nesse sentido, o casamento de Paulo Honório e Madalena representa, em menor escala, como funciona a dominação na sociedade, mostrando formas sutis de controle emocional e simbólico que nem sempre são percebidas de maneira clara.

Essa dinâmica se articula com as reflexões de Rita Laura Segato em *As estruturas elementares da violência* (2025), que evidencia como a violência de gênero se ancora em estruturas sociais patriarcais profundamente enraizadas e como o corpo feminino é o lugar em que se inscrevem os códigos de honra, dominação e posse. A personagem Madalena, silenciada e invadida pela presença vigilante e paranoica de Paulo Honório, ilustra o modo como o patriarcado naturaliza a subjugação da mulher sob a aparência de proteção, afeição ou autoridade moral. Essa dinâmica se revela de forma sutil, mas incisiva em passagens do romance como a que se segue: “No dia seguinte encontrei Madalena escrevendo. Avizinei-me nas pontas dos pés e li o endereço de Azevedo Gondim. — Faz favor de mostrar isso?” (Ramos, 2005, p. 104). A leitura de Segato contribui, portanto, para entender como o poder age nas relações íntimas, mostrando que a violência simbólica é fundamental para a dominação masculina no romance.

Ao mesmo tempo, essa interpretação dialoga com a crítica literária brasileira, em especial com Antônio Candido, que em *Ficção e confissão* (1956) aponta como a estrutura narrativa de *S. Bernardo*, construída em forma de autobiografia, revela a tensão entre o discurso racional do narrador e os conflitos subjetivos que ele tenta dissimular. Conforme veremos, a suposta objetividade de Paulo Honório esconde fissuras, lapsos e contradições que denunciam a fragilidade de seu poder e a profundidade de sua crise interior. A confissão autobiográfica, nesse caso, não redime o personagem, mas o expõe: o sujeito que narra para se justificar acaba revelando sua culpa e seu fracasso, deixando transparecer os limites de seu domínio sobre os outros e sobre si mesmo.

Por fim, esta leitura incorpora as reflexões de Jorge Wolff (2010) no ensaio “Florescência Garramuño traduz Graciliano Ramos”, ao discutir como a obra do autor alagoano desafia as noções tradicionais de regionalismo e se insere em um projeto literário moderno que problematiza a construção da identidade nacional. A leitura de Garramuño, apresentada por Wolff, mostra que Graciliano se afasta de um regionalismo fixo e idealizado. Em *S. Bernardo*, o Nordeste não é apenas um cenário de violência e desigualdade, mas um espaço onde essas realidades são apresentadas de forma crítica, revelando como o poder se apoia em símbolos e discursos. Essa perspectiva amplia a compreensão do romance como um campo de tensões entre modernidade e tradição, o indivíduo e as regras, a crítica e o silêncio.

Dessa forma, a interpretação de *S. Bernardo* aqui proposta se constrói a partir do cruzamento entre teoria social, crítica feminista e análise literária, com o objetivo de evidenciar como Graciliano Ramos constrói, por meio da forma narrativa e da constituição dos personagens desse romance, em especial do protagonista, uma crítica contundente às formas naturalizadas de dominação que atravessam tanto o espaço público quanto o privado.

2. A dominação econômica: Paulo Honório e os trabalhadores

Como veremos nesta seção, em *S. Bernardo*, Graciliano Ramos não apenas narra a trajetória de ascensão e queda de Paulo Honório, mas tece uma complexa tapeçaria das relações de poder e exploração que marcam a transição de uma sociedade agrário-patrimonialista para a lógica do capitalismo. O romance, ambientado na década de 1930, período de intensas transformações sociais e políticas no Brasil, revela, através das lentes cruas e realistas do protagonista-narrador, o desmoronamento da figura do herdeiro e a brutal ascensão do capitalista, cujo poder se manifesta de maneira multifacetada sobre os trabalhadores e, de forma emblemática, sobre a figura de Padilha. O processo de aquisição da

fazenda São Bernardo é emblemático desse contexto e a propriedade pode ser considerada um microcosmo dessa transição, expondo a falência de um modelo patriarcal baseado na linhagem e a emergência de outro, fundamentado na força bruta do capital.

A ligação de Graciliano Ramos com o comunismo foi marcada tanto por convicções políticas amadurecidas ao longo do tempo quanto por experiências pessoais traumáticas, como sua prisão arbitrária durante o Estado Novo. Conforme destaca Dênis de Moraes em *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos* (2012), o escritor encontrou no Partido Comunista Brasileiro um espaço de identificação ideológica e de luta contra as injustiças sociais que tanto denunciava em sua obra e que se revelam claramente em *S. Bernardo*. Graciliano filiou-se oficialmente ao PCB em 1945, mas seus vínculos com ideias socialistas e seu olhar crítico sobre as desigualdades estruturais já estavam presentes muito antes, expressos em suas personagens marginalizadas e nas críticas à opressão exercida pelos detentores do poder econômico e simbólico.

Sua militância, no entanto, não era panfletária. Graciliano compreendia a literatura como um instrumento de conscientização, mas jamais sacrificava a densidade estética ou psicológica de seus textos em nome da ideologia. Em suas cartas e entrevistas, ele demonstra desconfiança em relação ao dogmatismo, preferindo um comunismo que se aproximasse da realidade brasileira e de seus dramas concretos. Assim, sua adesão ao comunismo foi menos um ato de propaganda e mais um gesto ético e existencial, coerente com sua trajetória como homem público, escritor e observador implacável das mazelas sociais do Brasil.

O ensaio intitulado “O fator econômico no romance brasileiro” presente na coletânea *Linhas tortas* (1962), também se faz pertinente para a presente discussão, pois nele Graciliano Ramos defende que a literatura nacional, para ser autêntica e completa, deve mergulhar nas questões sociais e materiais que definem a vida do povo. Ele mesmo coloca essa teoria em prática de forma magistral em suas próprias obras. Em romances como *Vidas secas*, a teoria se materializa na trajetória da família de Fabiano, cujas vidas são inteiramente condicionadas pela seca e pela opressão econômica imposta pelo seu patrão e pelas autoridades. A luta pela sobrevivência, a fome e a miséria não são apenas um pano de fundo, mas o motor da narrativa e da psicologia dos personagens. Da mesma forma, em *S. Bernardo*, Graciliano explora a mentalidade de um proprietário de terras, Paulo Honório, mostrando como a obsessão por acumular bens e a lógica do capital corrompem as relações humanas e levam à destruição. Assim, Graciliano não apenas teorizou sobre a necessidade de um romance engajado com os conflitos de classe, mas o executou com maestria, tornando-se um dos maiores exemplos de

como a ficção pode ser um poderoso instrumento de análise da realidade social e econômica brasileira.

Luís Padilha, o “Padilha moço”, herdeiro da propriedade, é retratado como um ser em decadência, imerso em vícios e irresponsabilidade. Paulo Honório, com sua “fome canina” por terras e dinheiro, manipula a vulnerabilidade de Padilha, concedendo-lhe empréstimos que o afundam em dívidas. O capital, personificado em Paulo Honório, não se desvia dele; ao contrário, ele o persegue incansavelmente, realizando transações “embrulhadíssimas” e até mesmo atos de violência para garantir seus lucros. A venda da fazenda, que era um excelente negócio para Paulo Honório, porém péssimo para Padilha, sela a transição: o herdeiro, outrora detentor da terra por linhagem, torna-se um mero instrumento na engrenagem capitalista, miserável e dependente. Paulo Honório arranca a propriedade de Padilha por um preço irrisório, deixando-o “de tanga”, revelando a brutalidade da nova lógica econômica. Com isso, é possível captar o jeito duro e implacável do fazendeiro, sendo perfeitamente capaz de manipular, sem nenhum remorso, os outros para alcançar seus objetivos. Sobre essa característica do Paulo Honório, João Luiz Lafetá, em *O mundo à revelia*, comenta que:

Sua força cobre tudo, e aquilo que de mais forte nos fica das páginas iniciais é a impressão da sua figura. Sem nos dizer explicitamente sobre si mesmo, fornece-nos, no entanto, a sua imagem: um homem empreendedor, dinâmico, dominador, obstinado, que concebe uma empresa, trata de executá-la, utiliza os outros para isso e não se desanima com os fracassos. (Lafetá, 1986, p. 192).

A ascensão de Paulo Honório como capitalista rural não se limita à aquisição de terras; ela se manifesta na exploração desumana dos trabalhadores. Seus métodos são diretos e brutais. Ele não hesita em usar a violência física, como demonstra ao espancar Marciano por uma suposta desobediência: “Mande-i-lhe o braço ao pé do ouvido e derrubei-o. Levantou-se zonzinho, bambeando, recebeu mais uns cinco trompaços e levou outras tantas quedas. A última deixou-o esperneando na poeira” (Ramos, 2005, p. 80). Aos trabalhadores, impõe uma rotina exaustiva, acordando-os às quatro da manhã e exigindo dias inteiros de trabalho sob sol e chuva. O fazendeiro não se importa com seus subordinados, que não são vistos como indivíduos, mas reduzidos à condição de mera força de trabalho — mecanismos inseridos na engrenagem da produção, destituídos de identidade e humanidade. Sobre esse aspecto Lafetá traz o conceito de “fetichismo da mercadoria”, explicando que: “Todo valor se transforma, ilusoriamente, em valor-de-troca. E toda relação se transforma, destruidoramente, numa relação entre coisas, entre possuído e possuidor.” (Lafetá, 1986, p. 192). A proibição da

aguardente, justificada por “diminuir a mortalidade e aumentar a produção”, é um exemplo claro de como a preocupação com a produtividade se sobrepõe ao bem-estar dos empregados. A subsistência desses homens é precária, vivendo com “a barriga tinindo” e comendo “bacalhau assado e um punhado de farinha” (Ramos, 2005, p. 23).

A relação de Paulo Honório com Padilha, após a compra da fazenda, torna-se um palco vívido da dinâmica opressor-oprimido. A aquisição da propriedade não se dá de maneira direta ou limpa: ela é resultado de um processo de exploração calculada, marcado por chantagens, manipulações e uma progressiva concentração de poder nas mãos de Paulo Honório. Originalmente, Paulo Honório trabalha como empregado da fazenda, responsável por tarefas humildes e braçais. No entanto, mesmo nessa posição subalterna, já demonstra traços de ambição, frieza e perspicácia para os negócios. Aproveitando-se da negligência e da decadência dos antigos donos, especialmente Padilha, Paulo Honório começa a acumular bens e capital, por meio de empréstimos, negócios escusos e especulações.

Ele utiliza o cárcere, onde cumpre pena por um crime violento, como escola informal de negócios, extraindo dali o conhecimento que lhe permite ascender social e economicamente. Ao sair da prisão, sua ascensão é rápida. Gradativamente, ele compra parte das terras da fazenda de forma indireta, por meio da compra de dívidas e de pequenos lotes, até conseguir tomar controle integral da propriedade. A tomada da fazenda é, portanto, fruto de uma estratégia de Paulo Honório, que se aproveita da desorganização administrativa, da ingenuidade e da ruína econômica de Padilha.

Padilha, antes o “sócio benemérito e presidente honorário perpétuo” (Ramos, 2005, p. 17) do Grêmio Literário e Recreativo, é reduzido a uma figura patética, um “parasita, preguiçoso, lambaio” (Ramos, 2005, p. 43) aos olhos de Paulo Honório. Ele se torna o professor da escola da fazenda, uma posição de dependência e constante humilhação. Paulo Honório sente “prazer em humilhá-lo, mostrando-lhe os melhoramentos que introduzia na propriedade” (Ramos, 2005, p. 45). Padilha, que outrora possuía uma vida boêmia, “[...] no bilhar, jogando bacará, completamente bêbedo” (Ramos, 2005, p. 14), é progressivamente submetido a uma rotina de humilhações impostas pelo fazendeiro. A degradação de sua condição é expressa de forma explícita quando Paulo Honório declara: “O meu primeiro desejo foi agarrar o Padilha pelas orelhas e deitá-lo fora, a pontapés. Mas conservei-o para vingar-me. Arredei-o de casa, a bem dizer prendi-o na escola. Lá vivia, lá dormia, lá recebia alimento, boia fria, num tabuleiro” (Ramos, 2005, p. 44). A decadência do herdeiro é completa, transformando-se em um “bicho doméstico” (Ramos, 2005, p. 137) nas mãos do novo senhor.

A exploração, no contexto de *S. Bernardo*, não é apenas econômica, mas também moral e psicológica. Paulo Honório, enquanto capitalista, não apenas se apropria do trabalho e da terra, mas também busca anular a subjetividade de seus empregados. Ao destituí-los de sua interioridade, ele deixa de reconhecê-los como homens, tratando-os como meros instrumentos de produção, desprovidos de identidade e valor humano. Ele vê seus trabalhadores como “bichos”, dividindo-os em “bichos domésticos, como o Padilha, bichos do mato, como Casimiro Lopes” (Ramos, 2005, p.137), desumanizando-os e negando-lhes qualquer individualidade ou dignidade. A sua convicção de que “o que está feito está feito” e a crença na necessidade de “pancada” para que a “gente miúda” cumpra suas obrigações revelam uma mentalidade enrijecida pela lógica do domínio e da objetificação do outro.

Michel Foucault, em *A microfísica do poder*, argumenta que o poder capitalista não se manifesta apenas pela repressão, mas também pela produção de discursos e saberes que “permeiam, produzem coisas, induzem ao prazer, formam saber, produzem discurso” (Foucault, 1989, p. 8). Nesse sentido, a forma como Paulo Honório trata seus empregados e se refere a eles é um exemplo de como o poder busca moldar, de forma sutil, a percepção e a identidade dos oprimidos, infiltrando-se na vida cotidiana. É exatamente isso que o torna eficiente e aceito, não por consenso explícito, mas pela internalização das regras do jogo social. É fundamental notar que a estrutura de poder que ele impõe na fazenda é o exato modelo que ele buscará replicar em sua vida familiar. Ele não distingue o público do privado, a gestão da fazenda da gestão do lar. Tudo é parte de seu domínio, de sua propriedade. Sua autoimagem é a de um “iniciador de uma família” (Ramos, 2005, p. 11), mas a família que ele concebe não é um espaço de afeto, e sim mais uma unidade de produção sob seu controle. Ele é o “pai” de seus trabalhadores no sentido mais arcaico do termo, e essa mentalidade, forjada na violência da acumulação de capital, será a mesma que ele levará para dentro de casa. Seu jeito de ser patriarcal não é algo à parte da sua postura como patrão e capitalista, na verdade, é o resultado final disso tudo. Ele deseja fundar uma dinastia cuja lei seguida seja a da sua própria vontade, perpetuando não apenas seu sangue, mas também seu método de dominação. Nesse sentido, Paulo Honório sintetiza em sua figura os traços do coronel tradicional e do capitalista moderno. Sobre isso, Paulo Massey explica:

O protagonista de *S. Bernardo* é um empreendedor capitalista que aprimora produção e busca inovações; ao mesmo tempo, é um coronel severo que se utiliza de velhos expedientes para tratar sua criadagem e seus desafetos. Como empresário, faz-se a si mesmo; como coronel, manda que façam [...] (Massey, 2024, p.189)

Seguindo essa linha de raciocínio, é interessante observar também que sua luta com a escrita é o espelho de sua luta com a vida. Antes mesmo de iniciar o relato, seu impulso é tratar o livro como um negócio, tentando aplicar à criação literária a mesma lógica de comando e subordinação com que ergueu a fazenda. Ele busca “contratar” os letrados da região, como Padilha e o padre, para que escrevam a sua história, desejando ser apenas o proprietário da obra, e não seu autor. Nas palavras dele: “Eu traçaria o plano, introduziria na história rudimentos de agricultura e pecuária, faria as despesas e poria o meu nome na capa” (Ramos, 2005, p.7) O fracasso dessa tentativa o força a um trabalho de introspecção para o qual não estava preparado.

É nesse ponto que a análise de Antonio Candido se torna crucial. Conforme o crítico aponta em *Ficção e confissão*, a estrutura de confissão se torna paradoxal para um homem que passou a vida focado no exterior, na posse e no controle. Forçado a narrar, Paulo Honório não consegue construir um relato coeso e redentor porque sua visão de mundo é fragmentada e brutal. Assim, o ato de escrever não o redime, mas, como afirma Antonio Candido, o expõe, revelando sua culpa e seu fracasso (Candido, 1992). Suas palavras, que buscam justificação, apenas o condenam e desnudam a aridez de sua alma. Essa falência da escrita, portanto, torna-se a demonstração final de que o novo patriarca capitalista, ao destruir os laços humanos em nome da eficiência e do lucro, destrói também sua própria capacidade de compreensão e de existência significativa. No tópico a seguir, passaremos a discutir um pouco mais sobre essa visão utilitarista de Paulo Honório, mas dessa vez dentro da esfera do seu matrimônio com Madalena.

3. A dominação afetiva: o casamento com Madalena

O romance *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos, transcende a simples narrativa da ascensão e queda de um explorador capitalista para se aprofundar nas complexas e brutais dinâmicas de poder que moldam as relações humanas em um Brasil rural e arcaico. No cerne dessa análise, encontra-se a trágica relação entre Paulo Honório, o narrador-protagonista, e sua esposa, Madalena, com quem se une na tentativa pragmática de conceber um herdeiro. Esta seção se propõe a abordar as camadas da relação de poder estabelecida entre os dois, demonstrando como esse vínculo é o motor do conflito central da narrativa e um reflexo de uma estrutura social patriarcal e opressora.

A figura de Madalena em *S. Bernardo* é construída sob a ótica do desejo e do controle masculino, sendo constantemente reduzida a traços corporais que a transformam em objeto de

contemplação. Quando o narrador menciona que “Padilha não achou qualidade que se comparasse aos peitos e às pernas” (Ramos, 2005, p. 35), evidencia-se um olhar que fragmenta e estetiza a mulher, reduzindo-a a atributos físicos e ignorando aspectos como inteligência ou autonomia. Essa objetificação revela mais do que uma visão patriarcal: mostra também a dificuldade de Paulo Honório em lidar com mulheres que escapem desse enquadramento, como Madalena, cuja postura crítica e independente desestabiliza seu controle. Essa perspectiva se articula à crítica apresentada no livro *A dominação masculina* por Pierre Bourdieu, ao afirmar que:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. (Bourdieu, 2002, p. 41)

Madalena, portanto, não é apenas observada; ela é moldada e mantida em uma posição de vulnerabilidade, vivendo para o olhar do outro, especialmente o olhar masculino, o que evidencia o mecanismo simbólico que sustenta sua submissão. Essa lógica contribui para a sua objetificação dentro da narrativa, esvaziando sua subjetividade e reforçando o sistema de dominação ao qual está sujeita.

A união, que para Paulo Honório representa meramente a aquisição de mais um bem para sua propriedade, ou seja, outro “negócio” torna-se um campo de batalha em que a sua necessidade de dominação absoluta colide com a resistência silenciosa, mas firme, de Madalena, cuja autonomia intelectual e sensibilidade são vistas por ele como uma ameaça. Como veremos, a tragédia que se desenrola não é apenas um drama pessoal, mas uma forte crítica à desumanização provocada pela lógica da posse no contexto conjugal, em que o marido vê a esposa como propriedade. Essa lógica impede Paulo Honório de reconhecer em Madalena um sujeito autônomo, com desejos, ideias e liberdade próprios.

Para compreender a dinâmica de poder no casamento com Madalena, é imprescindível primeiro entendermos a visão de mundo de Paulo Honório. Homem forjado na adversidade, que ascendeu da miséria à riqueza através da força bruta e da astúcia, segundo vimos na seção anterior, ele internalizou a lógica de que tudo e todos são passíveis de serem possuídos. Sua vida é um projeto de acumulação, como ele mesmo resume de forma pragmática: “O meu fito na vida foi apossar-me das terras de S. Bernardo, construir esta casa, plantar algodão, plantar

mamona, levantar a serraria e o descaroador [...]” (Ramos, 2005, p. 10). Essa mentalidade, que o tornou um proprietário bem-sucedido, é a mesma que ele aplica às suas relações pessoais. De acordo com Antonio Candido (1992), o protagonista possui “uma disposição total do espírito, uma atitude geral diante das coisas. Por isso engloba todo o seu modo de ser, colorindo as próprias relações afetivas. Colorindo e deformando” (Candido, 1992, p. 28-29).

Paulo Honório, com sua ótica utilitarista, não busca afeto, mas funcionalidade, logo, as pessoas ao seu redor são ferramentas ou obstáculos, o que deixa evidente a sua prática de “reificação” que, de acordo com o *Dicionário do pensamento marxista*, de Bottomore (1988) seria “a transformação de seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas” (Bottomore, 1988, p. 495). Quando decide se casar, a motivação não é o amor, mas a necessidade de um herdeiro e de uma figura feminina que administre seu lar, quase como um item que faltava em seu inventário de posses. Ele confessa abertamente: “Não me ocupo com amores, devem ter notado, e sempre me pareceu que mulher é um bicho esquisito, difícil de governar” (Ramos, 2005, p. 43), e seu desejo era unicamente “preparar um herdeiro para as terras de S. Bernardo” (Ramos, 2005, p. 43).

Essa visão de mundo o impede de ver Madalena como igual. Desde o início, ela é avaliada por suas qualidades “úteis”: é “instruída”, “bonita”, e, em sua mente, seria uma boa administradora e mãe, de acordo com Nóbrega e Santos (2012, p. 6): “O desejo de posse institui o objeto de uma posse virtual como um valor: Madalena representa, para Paulo Honório, o conhecimento. Apossar-se dela significa possar-se do saber, um atributo que ainda lhe falta, a sua carência de base”. Ele não procura uma companheira, mas uma peça para completar o seu império, alguém que se encaixe em seus planos sem oferecer resistência. Essa mentalidade expõe a contradição fundamental que levará seu projeto à ruína. Como relembra Flora Süssekind, o patriarcado tradicional, por mais opressivo que fosse, baseava-se em códigos de honra, tradição e “laços de sangue” que, embora hierárquicos, pressupunham uma complexa rede de relações humanas. O novo patriarcado capitalista de Paulo Honório esvazia esses laços de seu conteúdo humano, substituindo-os pela lógica fria da propriedade e da função. Ele quer os benefícios do patriarcado, a linhagem, a obediência, a autoridade incontestável, mas é incapaz de lidar com a dimensão humana que, mesmo de forma distorcida, sustentava o modelo antigo. Ele acredita que pode “adquirir” uma família da mesma forma que adquiriu a fazenda. Essa crença revela-se desastrosa porque a esfera familiar não opera sob as mesmas regras da produção agrícola.

O pedido de casamento de Paulo Honório a Madalena é um dos momentos mais reveladores da sua concepção de mundo. Ele o faz não como um ato de amor, mas como uma transação comercial, uma “proposta” que, em sua visão, é mutuamente vantajosa. Ele expõe seus termos de forma direta e brutal, como se estivesse negociando a compra de um animal ou de um terreno. Após uma breve e desajeitada introdução, ele vai direto ao ponto, afirmando que a escolheu porque ela lhe “quadra” e que, sendo ela pobre, a união seria um “negócio supimpa” para ela, o que, no decorrer da obra se mostrará um grande erro, uma vez que Madalena, ao contrário de suas terras e seus empregados, não se deixará ser subjugada.

A própria linguagem que ele utiliza para descrever o processo é sintomática: “Para ser franco, essa história de escola foi tapeação” (Ramos, 2025, p. 65). Ele admite que sua aproximação inicial, sob o pretexto de contratá-la como professora para a fazenda, foi uma estratégia para avaliá-la. Ele não busca um envolvimento emocional genuíno, mas sim uma “companheira” que se encaixe em seus critérios de funcionalidade e que, de preferência, não tenha vontades próprias. A tentativa de impor um controle absoluto sobre outra subjetividade, de transformar um parceiro em posse, está fadada ao fracasso. O próprio Paulo Honório, ao final do romance, tenta justificar sua lógica de posse explicando que: “Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens.” (Ramos, 2005, p. 140). A desconfiança e a brutalidade que foram as ferramentas de sua ascensão econômica são as mesmas que o tornam incapaz de construir ou manter qualquer laço afetivo. O seu projeto de sucessão patriarcal já nasce morto, pois o patriarca em questão foi desumanizado pelo mesmo processo que o tornou poderoso. Ele é um rei em um domínio de objetos, incapaz de governar um reino de sujeitos

Madalena, por sua vez, aceita o pedido não por amor, mas por ver no casamento uma oportunidade de escapar de uma vida de privações e de realizar seu desejo de viver no campo, “acordar cedo, cuidar de um jardim” (Ramos, 2005, p. 69). Ela é honesta sobre seus sentimentos (ou sobre a falta deles): “Para ser franca, não sinto amor” (Ramos, 2005, p. 69). A sinceridade dela, no entanto, é recebida com alívio por Paulo Honório, que desdenha do amor romântico: “Ora essa! Se a senhora dissesse que sentia isso, eu não acreditava. E não gosto de gente que se apaixona e toma decisões às cegas” (Ramos, 2025, p. 69).

Assim, o casamento já nasce sob o signo da desigualdade. Para Paulo Honório, é a aquisição de uma esposa que deve se submeter à sua vontade e aos seus planos. Para Madalena, é uma aposta em uma vida melhor, mas que rapidamente se revelará uma prisão dourada. Curiosamente, a união também nasce do reconhecimento mútuo de suas naturezas — ambos, de certo modo, sabiam quem eram e o que esperavam um do outro. Ainda assim,

enredados pelas amarras sociais e pelas exigências do contexto em que viviam, acabaram assumindo uma relação destituída de afeto, na qual a ausência de um laço emocional genuíno abriu espaço para que a relação de poder se manifestasse em sua forma mais crua, transformando o lar em um campo de batalha.

Após o casamento, a natureza de Madalena rapidamente colide com o autoritarismo de Paulo Honório. Ele esperava uma mulher submissa, em suas palavras: “Esperava uma boneca da escola normal” (Ramos, 2005, p. 70), mas encontra uma pessoa com ideias próprias, senso de justiça e uma profunda empatia pelos oprimidos. Madalena não se conforma com o papel de simples administradora do lar, e isso fica claro quando ela se nega a executar tarefas comuns às mulheres que frequentavam a casa: “A ocupação de Maria das Dores não me agrada. E eu não vim para aqui dormir” (Ramos, 2005, p. 71). Ela se interessa pelos negócios da fazenda, conversa com os empregados, critica a exploração e tenta intervir em favor dos mais fracos, como no caso da família do pedreiro mestre Caetano.

Além de ocupar simbolicamente o lugar de esposa e de figura civilizatória dentro da narrativa, Madalena é inserida na estrutura familiar com a expectativa de também assumir a função materna, segundo os moldes tradicionais do patriarcado. No entanto, a violência simbólica que marca sua relação com Paulo Honório, somada à rigidez do ambiente opressor da fazenda, impede que ela desempenhe esse papel de forma plena. Madalena torna-se mãe apenas no sentido biológico, já que não há espaço para que o vínculo afetivo com o filho se desenvolva e isso fica evidente quando Paulo Honório queixa-se do descuido da esposa em relação ao filho: “Vão ver aquele infeliz. Isso tem jeito? Aí na prosa o mundo pode vir abaixo. A criança esgoelando-se!” (Ramos, 2005, p. 91). A ausência de afeto e de autonomia imposta à personagem fragmenta sua identidade e aprofunda seu isolamento, revelando como o ideal de maternidade pode ser desfeito quando submetido às engrenagens de um poder que não reconhece a mulher como sujeito de desejo, de pensamento e de cuidado. Assim, a maternidade em *S. Bernardo* não se realiza como espaço de vínculo e de subjetividade, mas como mais outra forma de controle e alienação.

Cada ato de autonomia de Madalena é visto por Paulo Honório como uma afronta pessoal, uma quebra na hierarquia que ele acredita ser natural. Ele a adverte: “A gente da lavoura só comigo” (Ramos, 2005, p.71), tentando limitar sua esfera de ação e reafirmar seu domínio. A primeira grande discussão do casal ocorre quando Madalena o repreende por espancar o empregado Marciano: “Como tem coragem de espancar uma criatura daquela forma? Que barbaridade! Despropósito” (Ramos, 2005, p. 81). A reação de Paulo Honório é de incredulidade e fúria. Ele não entende como ela pode se importar com um “molambo” e vê

a atitude dela como uma traição, um questionamento do poder que exerce na fazenda e da sua autoridade.

A escrita de Madalena também se torna um ponto de atrito. Honório, um homem “sem letras”, desconfia da intelectualidade da esposa. Ele se sente diminuído e ameaçado por um universo que não domina. Quando encontra um texto dela, que ele julga ser uma carta de amor para outro homem, sua reação é de uma violência desmedida. O protagonista não consegue conceber que ela possa ter uma vida interior, pensamentos e sentimentos que não pertençam a ele. A escrita, para Madalena, é um espaço de liberdade, um refúgio no qual ela pode expressar sua subjetividade. Para Paulo Honório, é um território perigoso, um sinal de insubordinação e de uma possível traição. A luta pelo controle da palavra escrita espelha a luta pelo controle da própria Madalena.

Incapaz de controlar Madalena através da autoridade, Paulo Honório recorre a uma arma ainda mais destrutiva: o ciúme. O ciúme em *S. Bernardo* não é uma manifestação de amor, mas uma expressão patológica da sua obsessão pela posse. O narrador não teme perder o afeto de Madalena, pois nunca o teve, mas sim o controle sobre ela. Qualquer interação dela com outros homens, por mais inocente que seja, é interpretada por ele como uma conspiração. Paulo Honório passa a vigiá-la constantemente, a vasculhar seus pertences, a abrir sua correspondência, transformando a vida do casal em um “inferno”. Ele mesmo admite: “Atormentava-me a ideia de surpreendê-la” (Ramos, 2025, p. 103). Essa vigilância constante é uma forma de aniquilar a privacidade e a individualidade de Madalena, de torná-la transparente e, portanto, controlável. Essa prática se alinha ao conceito de “violência moral” de Rita Segato, para quem:

[...] é tudo o que envolve agressão emocional, mesmo que não seja consciente ou deliberada. Isso inclui a ridicularização, a coação moral, a suspeita, a intimidação, a condenação da sexualidade, a desvalorização cotidiana da mulher como pessoa, de sua personalidade e traços psicológicos, de seu corpo, de suas capacidades intelectuais, de seu trabalho, de seu valor moral. (Segato, 2025, p. 153)

Logo, é possível notar que a violência moral, com a qual o ciúme colabora, se faz presente de forma insidiosa no casamento do fazendeiro e Madalena. Embora não se manifeste por meio de agressões físicas explícitas, essa forma de violência opera de maneira silenciosa, porém devastadora, marcando profundamente a experiência subjetiva da personagem feminina. Rita Segato (2025), em seus estudos sobre a estrutura da violência de gênero, ressalta que a violência moral, por sua invisibilidade e capilaridade, é a forma mais

corrente e eficaz de subordinação e opressão feminina, pois se infiltra nas relações cotidianas, tornando-se socialmente aceita e validada. De acordo com a autora:

Quanto mais dissimulada e sutil for essa violência, maior será sua eficiência em manter viva e nítida a memória da regra imposta e, ao mesmo tempo, preservar no esquecimento o caráter arbitrário e pouco elegante da violência fundadora, bem como os prazeres próprios do mundo que ela negou (Segato, 2025, p. 141).

O ciúme também serve como uma justificativa para a própria brutalidade de Paulo Honório. Ele a acusa de adultério para legitimar sua violência verbal e psicológica. Em um dos momentos mais degradantes do livro, Paulo Honório a insulta com os piores palavrões na frente de sua tia, dona Glória. A violência não é apenas uma reação à sua frustração, mas uma tática deliberada para subjugar Madalena, para quebrar seu espírito e forçá-la a uma submissão completa, desumanizando-a e reafirmando o seu poder sobre ela. Sobre o poder, Foucault (1989, p. 243 – grifo nosso) explica que:

Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele *opera sobre o campo de possibilidades* onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita, ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.

Nesse sentido, Paulo Honório sustenta seu ciúme e sua agressividade *no plano do possível*: ele mesmo admite que não tem provas do adultério de Madalena, mas ainda assim a submete à vigilância constante e afirma que, se um dia descobrisse uma traição, a mataria. Age, portanto, sobre uma hipótese, sobre uma ameaça que pode nunca se concretizar, mas que é suficiente para justificar sua repressão e manter Madalena sob seu domínio. A possibilidade, mais do que a realidade, torna-se a base da violência, fundamenta um poder que age sobre ações que *podem* vir a acontecer, segundo os próprios termos de Foucault.

A opressão psicológica é tão intensa que Madalena começa a definhar. Ela emagrece, seu rosto se cobre de “sombras” e ela se isola cada vez mais. A casa, que deveria ser um lar, torna-se uma prisão. O ciúme de Paulo Honório é, em última análise, a manifestação mais clara de seu fracasso em possuir Madalena por completo. Ele não consegue dominar sua mente e seu espírito, então tenta destruir sua paz e sua sanidade.

Diante de uma opressão que se torna insuportável, Madalena encontra na morte a única forma de libertação. Seu suicídio, longe de ser um ato de fraqueza, é o ápice de sua resistência. É a negação final do poder de Paulo Honório sobre ela. Se ele podia controlar seu

corpo, sua liberdade e suas ações, não podia controlar sua vontade de morrer. A morte se torna o último e derradeiro ato de autonomia. A carta de despedida que ela deixa é a prova final de sua lucidez e de sua superioridade moral. Nela, Madalena explica as razões de seu ato, expondo a crueldade e o egoísmo de Paulo Honório. Ele, em sua brutalidade, não consegue sequer compreender a profundidade do gesto da esposa. Ele lê a carta e a interpreta como uma prova cabal de sua “maluquice”. No entanto, a morte de Madalena não representa uma vitória para Paulo Honório. Pelo contrário, é o início de sua ruína. Com a ausência dela, é forçado a confrontar o vazio de sua existência e a monstruosidade de seus atos. A fazenda São Bernardo, o grande projeto de sua vida, perde o sentido. Ele se vê sozinho, em uma casa “deserta”, assombrado pela memória de sua esposa. A morte de Madalena, portanto, representa sua derrota definitiva. Ela escapa de seu controle e ele é condenado a uma solidão perpétua, a conviver com o fantasma da própria desumanidade.

Ao tentar escrever suas memórias, Paulo Honório busca uma forma de se justificar, mas o que emerge das páginas é, sobretudo, a confissão de sua própria culpa. Ele admite: “Estraguei a minha vida, estraguei-a estupidamente” (Ramos, 2005, p. 139), reconhecendo que sua “brutalidade” e seu “egoísmo” destruíram a única pessoa que poderia ter lhe trazido alguma forma de redenção. Ao apropriar-se da escrita, um território que antes pertencia a Madalena, com seus livros, papéis e reflexão crítica, ele vislumbra, ainda que de maneira limitada, aquilo que lhe faltava para se aproximar dela: o domínio da linguagem escrita, a capacidade de elaborar pensamentos para além da fala e da ação violentas.

Assim, a relação de poder entre Paulo Honório e Madalena em *S. Bernardo* é uma micro representação das estruturas opressivas da sociedade patriarcal. Graciliano Ramos, com sua prosa seca e precisa, dissectiona a mentalidade de um homem que, obcecado pela posse e pelo controle, é incapaz de estabelecer uma relação humana baseada no respeito e na reciprocidade. A trajetória de Madalena, por sua vez, ilustra a resistência possível diante de um sistema que busca anular a subjetividade feminina.

A tragédia do casal não reside apenas no desfecho fatal, mas na completa impossibilidade de comunicação e entendimento entre dois mundos irreconciliáveis: o da força bruta e da lógica materialista de Paulo Honório, e o da sensibilidade, da cultura e da empatia de Madalena. A vitória de Madalena é póstuma e simbólica: ao se libertar através da morte, ela condena seu opressor a uma vida de remorso e solidão, forçando-o a confrontar a aridez de sua própria alma.

4. Conclusão

Ao término desta análise, constata-se que o romance *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos, opera como uma profunda dissecação da subjetividade autoritária, revelando-se uma obra de inesgotável pertinência. O objetivo central deste trabalho, que visava compreender como o autor constrói um retrato das engrenagens do poder, foi alcançado ao se demonstrar que a lógica de dominação do protagonista, Paulo Honório, se manifesta como um *continuum*, transbordando da esfera pública do trabalho para a esfera privada dos afetos. A narrativa evidencia, assim, que o patrão e o marido são faces da mesma mentalidade predatória.

A investigação sobre a dominação econômica demonstrou que a ascensão de Paulo Honório se fundamenta em um deliberado processo de reificação do outro. Os trabalhadores, e de forma emblemática a figura de Luís Padilha, são destituídos de sua humanidade e convertidos em meros instrumentos de produção. A fazenda São Bernardo, nesse contexto, funciona como um microcosmo onde se aplica uma eficiente microfísica do poder, nos termos de Foucault, por meio da vigilância e da disciplina. Ficou evidente que essa lógica operacional não se restringiria ao espaço da produção, pois constituía o alicerce sobre o qual Paulo Honório edificou toda a sua visão de mundo.

Essa mesma estrutura de poder é replicada na dominação afetiva, analisada a partir do casamento com Madalena. A união é tratada pelo protagonista não como um laço de afeto, mas como uma transação estratégica, visando à “obtenção” de um herdeiro e a consolidação de seu patrimônio. Madalena, com sua autonomia intelectual e sensibilidade, representa uma fratura nesse sistema de controle absoluto. A sua existência questiona a lógica da posse, e a resposta de Paulo Honório é a violência moral, materializada no ciúme patológico e na vigilância incessante. Conforme aponta a teoria de Rita Laura Segato (2025), trata-se de um mecanismo para reafirmar a autoridade masculina diante de uma subjetividade feminina que recusa a submissão, tornando o ambiente doméstico um campo de opressão. Em suma, a autora define a violência moral como um conjunto de mecanismos sutis que visam garantir a manutenção do controle social e a desigualdade entre os gêneros.

A mais sofisticada estratégia narrativa de Graciliano Ramos, e talvez o ponto central desta análise, reside na escolha do narrador em primeira pessoa. Todo o romance é a tentativa de Paulo Honório de organizar e justificar sua trajetória por meio da escrita. Contudo, seu fracasso em dominar a linguagem para expressar sentimentos complexos funciona como uma potente metáfora de seu fracasso existencial. A confissão, que poderia ser um instrumento de

redenção, converte-se em sua autoexposição involuntária. Ao tentar construir uma defesa, o narrador apenas revela as rachaduras de seu caráter e a profundidade de sua ruína moral.

Nesse ponto, revela-se o grande paradoxo da obra: o ápice do sucesso material de Paulo Honório coincide com seu absoluto colapso humano. A posse da terra e a eliminação dos rivais resultam em uma solidão radical, esvaziando suas conquistas de qualquer sentido. A fazenda São Bernardo, o grande símbolo de seu poder, transmuta-se em um mausoléu que testemunha sua derrota. A ausência de Madalena, por fim, torna-se a presença espectral que o assombra, forçando-o a confrontar a aridez de uma vida que ele mesmo destruiu. Seu suicídio, nesse contexto, representa sua vitória simbólica, um ato final de autonomia que escapa ao controle de seu opressor.

Conclui-se, portanto, que *S. Bernardo* transcende seu contexto histórico e se firma como uma obra atemporal. A crítica ao modelo de masculinidade autoritária e à lógica da posse, que transforma relações humanas em relações de propriedade, dialoga diretamente com questões contemporâneas. Paulo Honório emerge como o arquétipo do sujeito que, em sua busca cega por poder, sacrifica a própria humanidade, tornando-se um “explorador feroz”, como o próprio reconhece. Este trabalho demonstrou que Graciliano Ramos, ao articular de forma indissociável a forma narrativa e o conteúdo temático, não apenas conta a história de um homem, mas expõe com precisão cirúrgica a anatomia da própria tirania, legando à literatura uma reflexão perene sobre o devastador custo do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BUENO, Luís. Antonio Candido leitor de Graciliano Ramos. **Revista Letras**, Curitiba, v. 82, p. 71-85, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**: ensaios sobre Graciliano Ramos. São Paulo: Editora 34, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. São Paulo: Todavia, 2023. 800 p.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

MORAES, Dênis de. **O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos**. Boitempo Editorial, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

LAFETÁ, Luís. O mundo à revelia. In: RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

MASSEY, Paulo. Enquanto os outros dormem: a solidão insone de Graciliano e Paulo Honório. Posfácio. In: RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2024. p. 177-191.

NÓBREGA, Geralda Medeiros; SANTOS, Alexandre Oliveira dos. O poder (circulante) em *São Bernardo* de Graciliano Ramos: um recorte foucaultiano. **Abrialic**, Campina Grande-PB, p. 1-10, 10 out. 2012.

RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000. 240 p.

SEGATO, Rita. **As estruturas elementares da violência**: ensaios sobre gênero entre a antropologia, a psicanálise e os direitos humanos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025. 284 p

SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance?:** uma ideologia estética e sua história: o naturalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

GARRAMUÑO, Florencia. O regionalismo equívoco de Vidas secas. In: WOLFF, Jorge H. Florencia Garramuño traduz Graciliano Ramos. **Revista Crítica Cultural**, Palhoça-SC, v. 5, n. 1, p. 85-102, 2010. Tradução de “El regionalismo equívoco de Vidas secas”.